

MOVIMENTO DOCENTE

ADUFRJ DÁ EXEMPLO

A divergência é antiga, mas a resposta é inédita. A participação da delegação da UFRJ no Congresso do Andes expõe visões antagônicas sobre o movimento docente. A diretoria do Sindicato Nacional só aceita delegados eleitos em assembleias presenciais. Já a AdUFRJ – e a maior parte dos professores associados – compreende que a ampliação da participação é fundamental para fortalecer a carreira, a educação superior e a democracia brasileira.

Com esse espírito, a atual diretoria convocou assembleia remota para eleger os delegados. Ao todo, 387 docentes votaram e escolheram 15 colegas para representar os professores da UFRJ no Congresso, no começo de março, em Salvador, na Bahia. Foi a maior votação sobre o tema na AdUFRJ, pelo menos nos últimos 13 anos. Levantamento realizado pelo Jornal da AdUFRJ mostra que, entre 2013 e 2026, nenhuma assembleia presencial para a escolha de delegação na UFRJ obteve mais de 64 votos. A

reportagem também apurou que a votação da AdUFRJ foi muito maior do que a média nacional. Na USP, por exemplo, apenas 10 docentes votaram, mesmo número que na UFF. Na UnB, foram 18.

A força dos votos, no entanto, não sensibilizou o Andes. Na tarde de terça-feira, 10 de fevereiro, a diretoria do Sindicato Nacional alegou descumprimento do regimento, vetou a delegação da UFRJ e determinou que a seção sindical fizesse assembleia presencial. A AdUFRJ não fez. Em ofício, perguntou ao Andes o total de presentes nas outras assembleias do país e, em carta aos associados, explicou o que está acontecendo. “A AdUFRJ deu exemplo de como valorizar a participação docente. Demonstramos que, quando a presença é facilitada, o comparecimento dos associados é muito expressivo”, disse a presidenta da AdUFRJ, professora Ligia Bahia.

Leia os detalhes dessa semana tensa nas páginas 13, 14, 15 e 16

✓ **EXEMPLO DE PARTICIPAÇÃO.** 387 docentes votaram na delegação da UFRJ. De 2013 a 2026, é a maior votação sobre o tema na UFRJ. O recorde também tem peso nacional. Entre 10 ADs procuradas, nenhuma conseguiu sequer a metade do quórum obtido pela AdUFRJ.

✓ **EXEMPLO DE DEMOCRACIA.** Ampliação da presença, voz e voto de professores das mais variadas unidades e campi da UFRJ fortalecem a atuação sindical.

✓ **EXEMPLO DE RESPEITO à diversidade dos campi e do trabalho docente.** Com a votação remota, professores conseguiram votar em qualquer lugar que estivessem. Já na Estadual da Bahia, Uneb, apenas 20 professores votaram porque são 27 campi e o Andes veta eleição remota.

ASSEMBLEIAS PARA ESCOLHA DE DELEGAÇÃO DA UFRJ EM CONGRESSO DO ANDES

PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

19/12/2013	17
4/2/2015	11
11/1/2016	53
12/12/2016	19
20/12/2017	23
5/12/2018	17
27/11/2019	64
09/02/2024	25
16/12/2024	45

PARTICIPAÇÃO REMOTA

11/02/2022	82
05/02/2026	387

NÚMEROS PELO BRASIL

Aduff -	10
Aduneb -	20
Adunirio -	33
Sedufsm -	33
Asduerj -	47
Adufmat -	13 no campus principal
Adufpel -	16
Aprofurg -	15
Adunb -	18
Adusp -	10



# CONFERÊNCIA MINISTRO CELSO AMORIM

## “O BRASIL E O CENÁRIO INTERNACIONAL PARA 2026: DESAFIOS E OPORTUNIDADES”

SEGUNDA, 2 de março de 2026 . 18h



**SALÃO PEDRO CALMON . PALÁCIO UNIVERSITÁRIO  
CAMPUS PRAIA VERMELHA**

# Câmara aprova fim da lista tríplice para reitorias

> Projeto ainda depende aprovação no Senado e de sanção presidencial. Universidades e parlamentares comemoraram a conquista, fruto de décadas de luta em defesa da autonomia

SILVANA SÁ  
silvana@adufrj.org.br

A s universidades federais retornarão às aulas em 2026 com uma conquista histórica: a Câmara dos Deputados aprovou o fim da lista tríplice para a nomeação de reitores. A notícia foi festejada por representantes da comunidade universitária e por parlamentares.

A aprovação do PL 5.874/2025 aconteceu no dia 4, no contexto da reestruturação de cargos públicos. O projeto criou 16 mil novos cargos para o Ministério da Educação, além de 1.500 para o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. A matéria, considerada um “PL guarda-chuva”, também absorveu o texto do Projeto de Lei 2.699/2011, que previa o fim da lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições superiores de ensino. Esse texto chegou a ser aprovado na Câmara em 2023, mas sofreu recursos de deputados da extrema direita. Agora, o novo PL aprovado na Câmara segue para o Senado e, posteriormente, para a sanção do presidente Lula.

O peso da votação dos docentes (70% em relação aos demais segmentos) também foi extinto na lei. Pelo projeto, o peso do voto de professores, técnicos e estudantes será definido por um conselho criado especificamente para esse objetivo em cada universidade. Ainda poderão participar da votação integrantes da sociedade civil. Já para os institutos federais, o texto estabelece o critério da paridade, ou seja, o voto de todos tem peso igual. O texto mantém a exigência de que candidatos e candidatas à reitoria sejam docentes com doutorado, titulares ou associados 4.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Lígia Bahia destaca a importância do projeto. “É o reconhecimento de um princípio constitucional. Consagra o princípio da autonomia universitária. É uma importante conquista pela qual temos lutado por décadas”, comemora a dirigente. “Agora, as universidades finalmente terão o direito de decidir sobre sua reitoria. Não é uma notícia irrelevante. Ao contrário, é algo fundamental para as instituições de ensino superior”.

O reitor da UFRJ, professor Roberto Medronho, se pronun-



ciou pelas redes sociais. “O projeto de lei assegura que o reitor ou reitora que for eleito seja empossado”, afirmou. Medronho defendeu que a comunidade acadêmica se articule para conversar com os senadores para que referendam a proposta. “É uma grande conquista em prol da autonomia e da democracia universitárias”.

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o reitor José Geraldo Ticianeli, da UFRJ, também repercutiu a notícia. “Quero agradecer a todas as lideranças que nos receberam muito bem e entenderam a importância (do projeto). Hoje demos mais um importante passo para o fortalecimento da nossa soberania, da nossa democracia e da nossa autonomia”, disse.

O movimento estudantil também comemorou a boa nova. Natália Trindade, da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG) aponta que o fim da lista tríplice é, na prática, a derrubada de uma lei da ditadura. “É uma vitória muito importante, uma luta histórica da comunidade acadêmica”. Natália, no entanto, considera que o peso dos votos deva ser igual para to-



**É o reconhecimento de um princípio constitucional. Consagra a autonomia universitária. É uma importante conquista pela qual temos lutado por décadas”**

LÍGIA BAHIA  
Presidenta da AdUFRJ

dos e estabelecido em lei. “Para nós do movimento estudantil, é muito importante que a pari-

dade dos votos seja considerada nessa construção”, afirma.

Vinicius Soares, doutorando da UFRJ e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), concorda. “É um passo importante para garantir a democracia e a autonomia universitárias. Agora, o projeto segue para o Senado. Além da aprovação, é fundamental garantir a paridade no processo eleitoral. Precisamos avançar”.

### POLÍTICOS COMEMORAM

O assunto também mobilizou políticos e parlamentares. Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia, a professora Tatiana Roque, licenciada do Instituto de Matemática da UFRJ, avaliou de forma positiva a mudança. “O fim da lista tríplice é uma grande vitória. É muito importante para a democracia das universidades federais que haja uma lei que explicita que o mais votado deve ser o nomeado pelo presidente da República”, diz Tatiana. “Bolsonaro nomeou diversos reitores que perderam as eleições e que não tinham a menor condição de serem reitores, porque a lista tríplice reunia além do nome do mais votado, outros nomes que não haviam sido escolhidos pela comunidade

de universitária”, lembrou.

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) divulgou nas suas redes sociais o resultado da votação assim que saiu do plenário. “Nunca mais teremos interventor, como houve no tempo do bolsonarismo”, disparou. “Eu estou lutando há muito tempo para acabar com a lista tríplice nas universidades”, disse. “Quem for eleito reitor ou reitora com o maior número de votos será o reitor, será a reitora. É uma grande vitória da democracia para as universidades”.

O deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ) também destacou a importância da conquista histórica para as instituições de ensino superior. “Universidade não pode ser tutelada, nem virar moeda de troca política. Autonomia é a condição para a pesquisa, para o ensino, para a extensão, para a liberdade de pensamento e para proteger a universidade pública de intervenções”, disse. O parlamentar, que é líder de bancada da federação PSOL-Rede, demonstrou preocupação com a tramitação do projeto no Senado. “Essa etapa é decisiva. Precisamos seguir mobilizados até que o projeto vire lei”.



# UFRJ MANTÉM MÉDIA NA QUADRIENAL DA CAPES

> Resultados preliminares mostram que 65 dos 105 programas de pós-graduação mantiveram o conceito, enquanto 20 o elevaram. Quedas em 17 PPGs preocupam a PR-2

SILVANA SÁ  
E ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

O resultado preliminar da Avaliação Quadrienal da Capes aponta para um cenário de estabilidade na pós-graduação da UFRJ. Foram aferidos 105 programas de pós-graduação acadêmicos. Desse total, 20 elevaram a nota, 65 mantiveram e 17 reduziram. Outros três programas são muito novos e não tiveram comparação de notas.

Entre altos e baixos, a média geral dos conceitos da universidade permaneceu em 5,4. “Diante do nosso subfinanciamento, é quase um milagre que a UFRJ tenha conseguido permanecer na mesma posição na Capes”, avalia o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, professor João Torres.

Esse ciclo avaliativo foi realizado até 2024 e as análises dos indicadores de cada programa seguiram ao longo de 2025. Por enquanto, as notas só foram disponibilizadas aos coordenadores de programas e às pró-reitorias de cada instituição de ensino. O prazo para apresentação de recursos — que ainda serão analisados — se encerrou em 11 de fevereiro, e os resultados finais devem ser publicados somente em maio.

João Torres revela que a PR-2 fará reuniões para avaliar as notas em conjunto com cada programa. “Queremos entender o que aconteceu, sobretudo com os programas que tiveram as notas reduzidas. Vamos fazer essas reuniões por Centro ou por áreas temáticas”, afirma Torres. Ele também destaca que a universidade precisa se adaptar a algumas mudanças apresentadas pela Capes, como a autoavaliação dos cursos e o planejamento estratégico. “São duas coisas que precisarão fazer parte da nossa cultura. Devemos ter mais atenção também às métricas relacionadas ao impacto social de cada programa”. Perguntado sobre o que pode ter levado à redução de notas em 17 PPGs, Torres acredita que a questão é complexa. “Não há uma resposta única. Os programas têm realidades muito



distintas. Não existe um padrão que aponte para uma única resposta. Vamos avaliar o que aconteceu caso a caso”, reforça. O dirigente, no entanto, comemora os bons resultados. “A gente teve boas notícias em muitos cursos: cinco programas que eram conceito 3 subiram de nota. Agora, temos sete programas acadêmicos com conceito 3, não mais 12”, celebra o pró-reitor. O conceito 3 é a menor nota

satisfatória para a existência de um programa. “O programa da Dança também aumentou sua nota. É um mestrado muito recente e um exemplo de trabalho que nos deixa muito felizes”, elogia o pró-reitor. A Dança subiu do conceito 3 para o 4.

**EXTENSÃO DE PRAZOS**  
O coordenador do programa de Física, professor Felipe Pinheiro, acredita que a pandemia teve



## AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2021-2024 BRASIL

**4.585 programas**  
**2.050 avaliadores**  
**465 instituições de ensino e pesquisa**  
**50 áreas do conhecimento**  
**UFRJ**  
**105 programas**  
**20 elevaram nota**  
**65 mantiveram**  
**17 reduziram o conceito**  
**3 novos, sem comparativo**

é a nota da avaliação Capes. “Além disso, a passagem da nota 4 para 5 nos permite participar de editais como, por exemplo, o Programa Bolsa Nota 10 da FAPERJ”, diz. “Por fim, a nota 5 aumenta a visibilidade e atratividade do ProAstro, o que nos permitirá continuar aprimorando a nossa pesquisa científica e a formação de profissionais qualificados”, analisa o professor. O docente afirma que o resultado é fruto de um trabalho coletivo da comunidade do Observatório do Valongo, que tem se debruçado sobre os resultados anteriores e aplicado as recomendações da agência. “É uma conquista. Analisamos os relatórios das avaliações anteriores e traçamos estratégias para implementar as melhorias recomendadas”, conta. “Em particular, houve um aumento da produtividade do ProAstro através da publicação de mais artigos em revistas de grande impacto e uma maior internacionalização através do intercâmbio de alunos e de parcerias com pesquisadores, institutos e colaborações no exterior”. Se o aumento da nota impacta em mais recursos para os PPGs, manter os resultados estáveis é uma dificuldade por conta do subfinanciamento crônico ao qual estão submetidas as universidades federais. “Dentre os principais desafios, posso citar

os recursos insuficientes para investimentos em infraestrutura”, aponta. “Por exemplo, a modernização do campus e a aquisição de equipamentos de alto desempenho”, diz. Também falta dinheiro para o básico, como o pagamento de taxas de publicação de artigos. “Além disso, a defasagem nos valores das bolsas de mestrado e doutorado prejudica a atração e permanência de discentes”.

**TRABALHO COLETIVO**  
O sonhado conceito 7 voltou a ser realidade para o programa de Química, o mais antigo do Brasil na área. A coordenadora do PGQU, professora Sabrina Baptista Ferreira, comemora a conquista. “O PGQU já foi 7, caímos para 6, mas depois de alguns anos trabalhando em cima das exigências que a Capes vinha trazendo e de avaliações sobre mudanças nos itens, conseguimos voltar ao 7”, celebra. Ela atribui o sucesso ao trabalho coletivo. “É impossível para um coordenador conquistar uma nota sozinho. Nossa maior ferramenta de trabalho são os nossos alunos. São eles que estão na linha de frente dos laboratórios executando as pesquisas com orientação dos seus docentes”, afirma. “Por mais que o programa atenda os critérios, se não for tudo colocado no sistema, o sete não vem”. A burocracia, no entanto, é um fator que ainda atrapalha os programas, de acordo com a professora. “Queremos melhorar a coleta de dados para que seja mais automatizada e traga menos burocracia, tanto para a gente, na coordenação, quanto para docentes e alunos”, revela. “Tudo o que a gente coloca no sistema da Capes precisa de comprovantes. Isso gera enorme demanda e acaba tomando tempo dos docentes e da coordenação. É tempo que a gente deixa de dedicar ao ensino, pesquisa, orientação”.  
**QUEDAS PREOCUPAM**  
A Coppe pode ser um foco de preocupação para a UFRJ. Isto porque a unidade teve redução de notas em quatro de seus 13 programas acadêmicos neste ciclo da Quadrienal. O diretor adjunto da unidade, professor Jean-David Caprace, minimiza as dificuldades. “Neste ciclo avaliativo, os programas seguem os procedimentos regulares, incluindo pedidos de revisão dentro do prazo estabelecido, o que é absolutamente normal no processo”, afirma. O docente acredita que a atuação junto à indústria ainda não seja suficientemente valorizada nas avaliações. “No caso da Coppe, esse debate inclui a reflexão sobre características que ainda não são plenamente capturadas pelos instrumentos atuais de avaliação, como sua forte inserção na indústria nacional, a liderança em projetos cooperativos e a capacidade de transformar pesquisa em soluções de alto impacto — pontos que a instituição pretende aprofundar no diálogo com a Capes”. Caprace acrescenta a necessidade de aprimorar internamen-

te os mecanismos de acompanhamento dos PPGs. “Está em processo de criação um comitê estratégico de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação, com foco em alinhamento institucional, apoio aos coordenadores e fortalecimento contínuo da excelência acadêmica”, revela. Coordenadora do programa de pós em Genética, a professora Claudia Russo revela que o curso baixou da nota 7 para a 6. “Éramos 7 por duas avaliações seguidas e baixamos. Fizemos o recurso e vamos esperar o resultado”, conta a docente. O programa esteve entre os mais bem avaliados na quadrienal 2017-2021. Ela está convencida de que a queda é fruto da pandemia. “Houve um momento em que a nossa testagem para covid-19 era a única disponível para todos os profissionais de saúde do Rio de Janeiro. É óbvio que esse tipo de coisa vai impactar em nossa produção”. A docente conta que o resultado preliminar da Quadrienal deixou o programa com média baixa em produtividade até entre os cursos de nota 6. “Nosso laboratório multiusuário foi completamente dedicado ao combate à pandemia. Esse tipo de coisa até rendeu frutos de produtividade, mas que não estavam ligados aos trabalhos originais dos nossos alunos. Perdemos em produtividade docente e em produtividade docente/discente”, explica Claudia Russo. “Todas as nossas máquinas de tempo real foram desviadas para as testagens. Nós fomos um dos pontos focais do estado do Rio de Janeiro”, relembra. Seus colegas atuaram também com capacitação em outros municípios, incluindo Macaé, para diagnóstico e testagem padrão ouro. “É claro que outros programas tiveram problemas em relação ao lockdown, mas certamente não com um papel tão intenso na linha de frente quanto a Genética. O foco total do departamento e do programa, liderados pelo saudoso professor Amílcar Tanuri, foi o combate à pandemia (que faleceu ano passado)”, justifica. “Muitos professores acabaram fazendo trabalho técnico também, recheando resultado do teste diagnóstico, por exemplo, para garantir que nós não daríamos resultados errados para as pessoas. Isso é óbvio que fez com que nossos professores dessem menos aula, orientassem menos”. Por outro lado, ela explica que a experiência da pandemia permitiu a publicação de artigos importantes para o Brasil e para o mundo para o entendimento da covid-19. “Publicamos menos, mas com muita qualidade. Eu acho que talvez falte bom senso. A UFRJ foi muito importante no combate à pandemia. Quem pôde ficar em casa escrevendo os artigos, obviamente teve aumento da produtividade. Nós não ficamos em casa”, defende-se. “Eu espero que a Capes entenda que essa perda de produtividade foi uma coisa transitória. Não existiu uma queda na qualidade do trabalho”.





**FÁBIO HEPP**

Professor Adjunto, coordenador do Laboratório de Anfíbios e Répteis do Departamento de Zoologia, Instituto de Biologia, e Pesquisador Associado do Museu Nacional

# PRINCÍPIO DA PEÇA MENOS ATIVA

A UFRJ é a segunda casa para muitas pessoas. Muitos passam mais horas do seu dia nos campi do que em casa e passam, ou passarão, mais anos de vida ligados à universidade do que fora dela. Este é o meu caso. Neste momento tenho quase 20 anos de UFRJ. Cheguei na UFRJ em 2006 como calouro. Posteriormente, fui mestrando, doutorando, pós-doutorando, professor substituto, biólogo (Técnico Administrativo) e, mais recentemente, sou professor adjunto. Posso dizer que tenho uma longa relação com a Minerva, construída com muito suor e lágrimas (de tristeza e felicidade).

Desde os meus 18 anos, quando ingressei na UFRJ, ouço e discuto os diversos problemas da universidade. As possíveis soluções são muitas, a depender de quem vem a resposta. Variam muito de acordo com a idade do proponente, já que idade geralmente reflete o grau de pessimismo e inocência da pessoa, fatores que costumam moldar o tom das opiniões políticas e administrativas. É ponto comum que um mínimo de otimismo é essencial para manter a motivação diária, e seu gradual abandono pode levar a sérias consequências para o futuro do ensino público do país (falo mais sobre isso no artigo “Autofervura Acadêmica” deste Jornal, Nº 1.348). E, por isso, tenho refletido cada vez mais sobre o que podemos fazer para resolver problemas da universidade.

Claro que não se trata de uma questão trivial. Como dito há muitos anos pelo meu ex-professor e eterno orientador, prof. Dr. José P. Pombal Jr., do Museu Nacional: se fosse fácil, alguém certamente já teria resolvido. Ainda assim, acredito que as possíveis soluções virão do corpo social da UFRJ. Portanto, inspirado em uma recente analogia entre a administração universitária e a condução de um jogo de xadrez, considere válida mais uma singela tentativa de contribuição.

O xadrez é um dos jogos mais antigos e certamente um dos mais populares até os tempos atuais. Provavelmente criado na Índia no século VII, o xadrez é um jogo de dois jogadores onde o principal objetivo é capturar a peça do adversário de-



nominada “rei”. Claro que o jogador rival fará de tudo para evitar a captura do seu rei e, enquanto isso, tentará capturar a peça homônima inimiga. Para atingir o objetivo, os jogadores dispõem de uma série de tipos de peça, em diferentes quantidades, que possuem diferentes habilidades de movimentação no tabuleiro e, consequentemente, de captura de peças inimigas. Ao longo da história, o xadrez virou uma obsessão aonde foi levado, sendo amplamente conhecido na Europa por volta do ano 1000. A partir do século XVI, o jogo ficou ainda mais popular com jogadores sendo patrocinados por mecenas e reis de todo o mundo ocidental. Em tempos contemporâneos, o jogo passou a ser tema de clubes e entrou no currículo escolar de várias instituições de ensino mundo afora. O xadrez é considerado uma ferramenta lúdica para desenvolvimento de raciocínio lógico e outras habilidades cognitivas. Por se tratar de um jogo lógico, diversos livros e cursos foram, e ainda são, publicados e disponibilizados com o obje-

to, consequentemente, mais isoladas dos principais eventos do jogo, que frequentemente ocorrem próximos ao centro do tabuleiro. No xadrez a vitória depende do desenvolvimento coletivo das peças. E é exatamente neste ponto que a analogia com a administração universitária começa a se estabelecer. Mesmo com peças de diferentes valores e habilidades (a rainha, por exemplo, é a peça mais poderosa e de maior valor), no xadrez, o segredo está, em boa medida, no desenvolvimento coletivo de diferentes tipos de peça. Uma rainha sozinha, ou mesmo acompanhada por algumas poucas peças, dificilmente leva à vitória contra um adversário que possui muitas peças ativas e, consequentemente, controle a região central do tabuleiro com seus peões, cavalos, torres e bispos.

Assim funciona uma universidade. Ela é composta por um conjunto de peças de diferentes especialidades e habilidades, como discentes, docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados. A movimentação e desenvolvimento de peças já ativas ajuda, claro, mas certamente não basta. A chave do sucesso e, ousado dizer, da resolução de muitos problemas da UFRJ, transpassa o princípio das peças menos ativas. É preciso reconhecer esse problema e criar meios de torná-las mais ativas nas suas funções. Tal tarefa não deve ser vista como um estímulo à opressão, assédio moral, ou algo similar. Não, muito pelo contrário! É preciso rever incentivos, motivações, metas, demandas e lideranças para este propósito. O jogador de xadrez joga porque quer, porque vê resultados e progresso nas suas ações.

Certamente não é algo simples de se fazer. Mas para resolver problemas, precisamos localizá-los, mapeá-los e, a partir daí, construir programas, projetos e ações que objetivem as soluções. É assim que funciona um jogo de xadrez. Observamos a distribuição das peças e remanejamos aquelas que priorizamos para concretizar um plano. Seja como for, não podemos assumir que peças menos ativas já estão fora de jogo. Não devemos usar desta justificativa para concentrar os esforços, fazer expectativas e mesmo sobrecarregar ainda mais as peças já mais ativas da universidade. Trata-se de um erro estratégico que levará à derrota no inevitável jogo comparativo entre universidades.



**No xadrez a vitória depende do desenvolvimento coletivo das peças. E é exatamente neste ponto que a analogia com a administração universitária começa a se estabelecer”**

tivo de, mais do que ensinar as regras básicas, instruir jogadores sobre os padrões e princípios lógicos que regem o jogo.

Um dos princípios básicos do jogo é o da peça menos ativa. Sob este princípio, o jogador deve sempre buscar mover as peças que estão menos ativas no tabuleiro. Isto é, peças que estão mais retraídas

ENTREVISTA | RONALDO FERNANDES, DIRETOR DO MUSEU NACIONAL

# “VAMOS FAZER DE TUDO PARA QUE NOVAS GERAÇÕES SE ENCANTEM”

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrj.org.br

Especialista da área de Zoologia, com ênfase em serpentes, o professor Ronaldo Fernandes terá a complexa missão de conduzir o Museu Nacional pelos próximos quatro anos, incluindo a reabertura da área de exposições do Paço de São Cristóvão, destruída pelo incêndio de 2018. Ao lado da vice-diretora Juliana Manso Sayão, Ronaldo encabeçou a chapa vencedora da disputa pela direção do MN — com o apropriado nome de “Construindo o Futuro”. O grupo representa a continuidade da gestão anterior, comandada pelo professor Alexander Kellner.

Nesta entrevista ao Jornal da AdUFRJ, Ronaldo Fernandes fala sobre a busca por mais parcerias que propiciem recursos para a recomposição e ampliação do acervo do museu e, claro, das expectativas para a reabertura ao público. Lembra também de sua relação afetiva com o museu que frequenta desde os tempos de menino, quando jogava pelada nos gramados da Quinta da Boa Vista.

● **Jornal da AdUFRJ - Sua chapa saiu vencedora em uma disputa apertada com a chapa adversária. Essa disputa deixou sequelas ou está tudo pacificado?**

■ **Ronaldo Fernandes** - A eleição foi disputada, tivemos duas chapas. Minha chapa foi vitoriosa por poucos votos. Mas há uma diferença entre disputa acirrada e disputa polarizada. É óbvio que algumas pessoas estão identificadas com uma chapa ou com a outra. Mas a grande maioria do museu aproveitou esse debate de ideias e escolheu qual chapa julgou mais interessante. Não há um alinhamento ou divisão. Já tive reunião, inclusive, com a professora Mariângela Menezes, que foi minha concorrente. Ela é a presidenta da Associação Amigos do Museu Nacional. Tudo segue, o trabalho continua. Acho que o museu tem maturidade para enfrentar essas disputas.

● **Como o senhor pretende buscar novos parceiros para a reconstrução e a reabertura do museu?**

■ O incêndio destruiu 80% do nosso acervo de exposição e tivemos de ampliar parcerias para a reconstrução do Palácio de São Cristóvão e a recomposição do acervo. Encontramos parceiros tanto na esfera pública quanto na privada, desde a Fundação Vale e a Unesco até o BNDES. Vieram também o Bradesco, o Itaú, a Eletrobras, a Cosan. Nesse momento, nosso maior benfeitor é o BNDES, que botou cerca de R\$ 100 milhões no projeto. Somos muito agradecidos ao presidente Alóizio Mercadante, também foi ele que ajudou o museu a se posicionar junto ao mercado financeiro. Vamos buscar mais parcerias, é um trabalho contínuo.

● **Em relação ao acervo, há também doadores individuais, não?**

■ Isso é emocionante. Muitas pessoas doaram objetos para o museu. São pes-

soas que, como a maioria dos cariocas, têm uma relação emocional com o museu. Eu posso dizer, eu vim aqui como criança várias vezes. Eu vinha jogar bola na Quinta da Boa Vista e depois visitava o Museu Nacional. As pessoas têm essa memória afetiva. Tivemos uma senhora que veio aqui e doou moedas antigas, por exemplo. Outras pessoas doaram peças de herança. Parte dessas peças será exposta no museu.

● **A partir dessas doações, como o museu está reorganizando seu acervo?**

■ Há um aspecto cultural interessante. A coleção do Museu Nacional tem início no século XIX. É uma coleção colonialista. As peças eram adquiridas de uma forma ou de outra e eram mostradas de acordo aos interesses do curador. Ou seja, o pesquisador escolhia o que era importante mostrar na exposição. O que você tem hoje é um pouco diferente. Nossa equipe de Etnologia tem ido às tribos aqui no Brasil e perguntado: vocês querem ser parte da exposição do museu? Se sim, como preferem ser representados? E eles estão tecendo, criando, fabricando novas peças. Essas peças que estão vindo para cá são peças recentes, e mostram não o que o curador estava interessado em mostrar, mas sim o que aquela etnia está interessada em apresentar.

● **Foi o que ocorreu com o manto tupinambá repatriado da Europa?**

■ O manto foi uma doação do Museu da Dinamarca. E ele tem uma importância religiosa dentro da cultura tupinambá. A única coisa razoável a ser feita é procurar as lideranças tupinambás para que elas participassem do processo. Eles vieram aqui, fizeram seus rituais, prestaram suas homenagens. No entendimento cultural deles, o manto é como se fosse um ancestral deles. Não o tratam como um objeto, mas sim como uma pessoa. Então, é necessário todo o respeito.



DIOGO VASCONCELLOS

● **As pessoas associam muito o museu ao seu acervo, mas a reconstrução também é necessária na área de ensino e pesquisa, não?**

■ Precisamos captar mais dinheiro para reconstruir o Palácio São Cristóvão e o campus de ensino e pesquisa. É muito importante lembrar que o museu não é só um aparelho cultural. O Museu Nacional tem vários departamentos, várias áreas de pesquisa, tem seis programas de pós-graduação, tem um peso acadêmico muito grande. Temos que buscar também parcerias para essa parte, na qual os patrocinadores têm menos interesse. Cabe a nós procurarmos os parceiros corretos, e nesse campo a Finep nos tem apoiado muito.

● **É bom lembrar que a parte acadêmica não parou com o incêndio...**

■ Isso mesmo. E nem todo o acervo foi destruído. A biblioteca do museu e os departamentos de Botânica e de Vertebrados ficam em um terreno do Horto Botânico e não foram afetados, assim como a parte da Arqueologia. O prédio Alípio de Miranda Ribeiro, anexo ao Palácio, onde fica a coleção de Invertebrados, também não foi destruído pelo incêndio. Esse trabalho não parou. Nós temos que agradecer, nesse ponto, à Capes, que foi generosa com os programas de pós-graduação, ela entendeu perfeitamente que seria impossível que nossos alunos defendessem as suas teses no período

do incêndio, e deu prazos extras. Nossos cursos de pós-graduação estão muito bem, o de Antropologia Social é conceito 7 da Capes, o de Zoologia é conceito 6, e o de Arqueologia subiu de 5 para 6 na última avaliação quadrienal (veja mais sobre a quadrienal da Capes nas páginas 4 e 5).

● **Uma coisa que certamente vai ocorrer na sua gestão será a reabertura total do Paço de São Cristóvão. Como está esse cronograma?**

■ Estamos trabalhando para a virada de 2028 para 2029. É o melhor que posso dizer a você, essa é a programação que nós temos para o encerramento das obras. Nem todo o dinheiro foi captado, portanto existe certa prudência com esses prazos. O dinheiro do BNDES, por exemplo, está sendo aplicado para a reconstrução da parte traseira do prédio e a restauração das fachadas. A parte do MEC nós estamos usando para o prédio anexo Alípio de Miranda Ribeiro, que é importante ficar logo pronto, pois ali teremos, além de um auditório, as salas de máquinas e os sistemas de refrigeração. Depois da entrega das obras, vamos montar os quatro circuitos de exposição, nossa equipe já está tratando disso. O palácio inteiro vai ser utilizado como área expositiva. A área de exposição do museu vai ser muito maior do que era no passado. Vamos fazer de tudo para que novas gerações se encantem com o museu, assim como nós nos encantamos.



# Destruição da Mata Atlântica aumenta risco de doença

> Estudo de UFRJ, Fiocruz e UFRRJ mostra que desequilíbrio ambiental no bioma altera dieta dos mosquitos, que já se alimentam majoritariamente de sangue humano. Circulação de vírus cresce

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

Foi uma surpresa. Ao analisarem a dieta alimentar de mosquitos em duas áreas remanescentes de Mata Atlântica no interior fluminense, pesquisadores da UFRJ, da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) detectaram majoritariamente a presença de sangue humano. A descoberta indica que o avanço da destruição do bioma está afastando os animais silvestres para áreas mais distantes na floresta, e levando os insetos a buscar alimento nas periferias habitadas ao redor das reservas ambientais.

“Há indícios de que esse desequilíbrio ambiental está levando a uma mudança no comportamento desses insetos, que estão se alimentando preferencialmente de sangue humano, e isso pode aumentar a transmissão de doenças como dengue, zika, chikungunya e febre amarela”, alerta o professor Sérgio Machado, da Faculdade de Farmácia da UFRJ. Ele é um dos autores do estudo “Aspectos da alimentação sanguínea de mosquitos durante o período crepuscular em áreas remanescentes de Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro”, publicado no último dia 15 de janeiro na revista suíça *Frontiers in Ecology and Evolution*.

O estudo destaca que a riqueza de fauna e flora da Mata Atlântica está ameaçada pelo desmatamento, e que a perda da vegetação nativa está associada ao aumento da transmissão de agentes transmissores de arbovírus (como os causadores da dengue, zika, chikungunya e febre amarela). Os habitats naturais dos vetores e seus ciclos de vida são alterados, afetando sua densidade populacional. Com isso, os insetos se aproximam das residências próximas às áreas de floresta, causando transmissões.

Originalmente, a Mata Atlântica cobria mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados em 17 estados brasileiros. Mas o desmatamento e a ocupação humana, com a expansão da agricultura, pastos para gado e instalação de residências, reduziram muito a vegetação nativa: restam hoje apenas 29% da cobertura original, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente de 2025.



**SURPRESA** Mosquito da espécie *Sabethes* sp, uma das amostras estudadas. Achado surpreendeu equipe

PAULO JOSÉ LEITE

## TRABALHO DE CAMPO

As coletas de insetos para o estudo foram feitas entre fevereiro de 2023 e fevereiro de 2024 em duas áreas de Mata Atlântica, ambas no Rio de Janeiro: a Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA), em Cachoeiras de Macacu, e o Sítio Recanto Preservar, em Silva Jardim. Os pesquisadores fizeram a captura de 1.714 mosquitos de diferentes gêneros e espécies nas duas áreas. De 27 sequências genéticas obtidas em laboratório para identificação das espécies consumidas, 18 indicavam o consumo de sangue humano.

É importante ressaltar que as duas áreas escolhidas são de reservas ambientais. A REGUA, por exemplo, tem feito um forte trabalho de recuperação de vegetação nos últimos anos, inclusive adquirindo propriedades rurais vizinhas para integrá-las à reserva, na tentativa de que a floresta fragmentada possa ser aos poucos conectada.

“São áreas preservadas, e isso ainda é mais preocupante. Na área de preservação do mico-leão-dourado, no Sítio Recanto Preservar, esperávamos encontrar os mosquitos preferencialmente alimentados por sangue de primatas, já que é uma região onde eles se concentram. Mas não foi isso que encontramos, e sim sangue humano. Esse achado foi uma surpresa para nós”, revela o professor Sérgio Machado.

O sequenciamento genético foi feito no Laboratório de Díptera (LABDIP) do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), onde atua o professor Jerônimo Alencar, orientador de douto-



**COLETA** Professor Sérgio Machado instala armadilha na floresta

rado de Sérgio Machado e que também assina o estudo publicado. “Esse trabalho começou com ele há cinco anos, e essa descoberta certamente nos levará a prosseguir com a pesquisa”, diz Machado.

A primeira reação dos pesquisadores ao detectar o sangue humano foi de que se tratasse de sangue dos próprios coletores. “Checamos e vimos que não era nosso, foi o que primeiro descartamos. Não era também de turistas ou outras pessoas

que circulavam durante o dia na mata porque nossas armadilhas eram acionadas somente ao cair da noite, todas colocadas em locais referenciados por GPS, da borda de trilhas até mata adentro. E eram recolhidas ao amanhecer”, explica o professor.

O trabalho de campo foi complexo. A bióloga Dálete Cássia Alves, da UFRRJ, que também assina o estudo, que o diga. “Tenho alergia a picada de mosquito, então imagine o que sofri! Não podíamos usar repelente

porque a intenção era atrair, e não afastar os insetos. Usamos roupas protetoras, mas mesmo assim levei muita picada”, conta ela.

Dálete ficou particularmente impressionada com a escassez de animais nas áreas de coleta. “Na REGUA, até nos avisaram que podíamos cruzar com onças, mas não avistamos nenhuma. Na verdade, só vi um jacaré e algumas pegadas de capivara, além de alguns pássaros. A área está em processo de restauração, com o plantio de mudas da Mata Atlântica. Ter encontrado majoritariamente sangue humano nos mosquitos nos causou surpresa. É preocupante porque pode aumentar o risco de propagação de doenças. E a baixa presença de animais indica uma queda na biodiversidade local, o que também é preocupante”, observa a bióloga.

## DESEQUILÍBRIO

O professor Sérgio Machado pontua que a recuperação das florestas é fundamental para restabelecer o equilíbrio na Mata Atlântica: “Os mosquitos podem estar se adaptando a essa nova realidade, a do desmatamento. Eles têm essa plasticidade, uma notável capacidade de alterar aspectos biológicos, comportamentais e fisiológicos em resposta a variações ambientais, permitindo a sobrevivência e reprodução em diversos cenários”.

Para o pesquisador, é também factível a hipótese de invasão das reservas por caçadores, que se tornam alvos dos mosquitos. “Quando o ser humano invade a floresta, algumas espécies de culicídeos são atraídas a ele por fatores como a temperatura corporal, a exalação de dióxido de carbono e o suor. O desmatamento reduz a oferta de alimentos para os primatas, por exemplo, que adoram frutas. Nós também somos primatas, logo temos fatores de atração parecidos aos não humanos”.

O estudo deve ter novos dobramentos em breve, com a ampliação das áreas de coleta, se possível para fragmentos de Mata Atlântica em outros estados, como Espírito Santo e Minas Gerais. “É fundamental enfatizar a necessidade de mais pesquisas para avaliar os padrões alimentares dos mosquitos e suas implicações para a saúde pública. Estamos estudando outros tipos de armadilha que possam capturar mais insetos ingurgitados (alimentados recentemente de sangue), e ampliar nossa base”, conclui o professor.

# SEJAM BEM-VIND@S, COLEGAS!

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

“É a realização de um sonho”. Assim Flávia Yared define a experiência de se tornar uma das mais novas professoras da UFRJ. Ela reforça o quadro da Escola de Belas Artes desde 7 de janeiro, quando tomou posse no cargo ao lado de 16 colegas de diferentes áreas do conhecimento.

Para alguns deles, a nova jornada será uma chance de retribuição à sociedade. “O fato de ser professor em uma universidade pública é uma maneira de retribuir todo o investimento que o Estado fez em mim desde a graduação”, afirma Luidhy Santana, do Observatório do Valongo.

Já o professor Igor Rolemberg não esconde a felicidade de poder lecionar em uma unidade de prestígio reconhecido dentro e fora do Brasil. “Estar hoje no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do país, é muito especial”.

O Jornal da AdUFRJ colheu o depoimento de quatro novos docentes. Os quatro são de fora do Rio, e compartilham desde muito cedo a afinidade pela pesquisa, mas não veem a hora de encontrar suas primeiras turmas. “Costumo dizer que tenho uma paixão pela pesquisa, mas meu combustível diário é a sala de aula, na troca com os alunos”, explica Monalessa Pereira, do Nupem. Confira a seguir as entrevistas desses quatro colegas sobre suas trajetórias e expectativas em relação à vida recém-iniciada na UFRJ. Sejam bem-vind@s!



**IGOR ROLEMBERG**  
Museu Nacional

Sou de Aracaju, mas cursei minha graduação em Direito na USP, de 2007 a 2011. Depois, fiz o mestrado em Ciências Sociais na École Normale Supérieure de Paris. O doutorado também foi na França, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de 2016 a 2023, quando iniciei uma co-tutela com o Museu Nacional da UFRJ. Minha linha de pesquisa é a mobilização por reforma agrária na Amazônia Oriental e, mais recentemente, comecei um estudo sobre a digitalização das políticas fundiárias públicas no Brasil.

Já cultivava a ideia de virar professor em uma universidade federal, mas estar hoje no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do país, é muito especial. Fiquei muito feliz de estar entre os aprovados e fiquei mais feliz ainda quando soube que iria ingressar na instituição. A primeira pessoa para quem dei a notícia foi minha mãe, que está em Aracaju (risos).

Tenho expectativa de que a gente consiga melhorar a comunicação da UFRJ com o público não acadêmico, incentivando políticas de divulgação científica, para que todo mundo possa compartilhar do valor de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e cada vez mais democrática.



**MONALESSA PEREIRA**  
NUPEM

Sou graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Vila Velha, com conclusão em 2008. Optei pelo mestrado em Microbiologia na Universidade Federal de Viçosa, concluído em 2011, e, logo em seguida, ingressei no doutorado no mesmo programa, finalizado em 2015. Depois, realizei o pós-doutorado na Universidade Federal do Espírito Santo, onde também atuei como professora substituta. Em 2020, me tornei professora efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais e lá fiquei por cinco anos.

Estou muito feliz com essa conquista, de me integrar ao corpo docente da UFRJ. Fui muito bem recebida aqui no NUPEM. Atualmente, minha linha de pesquisa concentra-se na genética molecular de bactérias patogênicas, especialmente nos fatores relacionados à virulência e à resistência aos antimicrobianos, que representam um sério desafio para a saúde pública mundial. Além disso, venho trabalhando com terapias antimicrobianas alternativas, com ênfase na fagoterapia, que utiliza vírus com ação específica contra células bacterianas. Embora não seja uma abordagem nova, voltou a ganhar destaque diante da emergência de bactérias multirresistentes.

Costumo dizer que tenho uma paixão pela pesquisa, mas meu combustível diário é a sala de aula, na troca com os alunos. E já estou preparando minhas disciplinas com muito carinho para receber os novos estudantes.



**FLÁVIA YARED ROCHA**  
Escola de Belas Artes

Sou do interior de Santa Catarina, mas me graduei em Arquitetura pela Universidade Federal do Paraná, em 1996. Fiz uma pós-graduação em arquitetura e cenografia na França, entre 1997 e 1999 e, de volta ao país, comecei a trabalhar como cenógrafa na TV Globo. Mas a vida acadêmica sempre me chamou a atenção. Em 2012, completei um mestrado em Filosofia na PUC e, doze anos depois, o doutorado em Artes da Cena, na Escola de Comunicação da UFRJ.

É a realização de um sonho me tornar professora da universidade. É um curso de muita tradição e me sinto muito honrada de estar ocupando este lugar, de contribuir para o ensino de cenografia no Brasil. Como traduzir anos de experiência em pesquisa, em questionamento? Acredito muito que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a construção desse conhecimento.

Neste primeiro semestre, darei aulas de Técnicas de Montagem Cênica II e III. Matéria que está presente em todas as manifestações da cenografia: teatro, exposição, carnaval, feiras, cinema e televisão. É investigar como materializar uma ideia. E também darei aula de Cenografia V, voltada para o projeto de cenografia para televisão, cinema e vídeo-arte; que é minha área de atuação e de pesquisa. Foi um presente que ganhei.



**LUIDHY SANTANA**  
Observatório do Valongo

Eu me formei em Física na Universidade Estadual do Ceará, em 2013. Fiz mestrado em São José dos Campos, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de 2014 a 2016 e doutorado, no próprio Observatório do Valongo, de 2016 a 2020. Durante este período, fiz um ano e meio de doutorado-sanduíche no Centro de Voos Espaciais Goddard, um laboratório da NASA que fica em Maryland, nos Estados Unidos. E pós-doutorado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), de 2023 até o fim do ano passado.

Desde que entrei na graduação, queria fazer ensino e pesquisa na universidade. Fiquei muito feliz de passar para a UFRJ, que é um polo de astronomia aqui no Sudeste, junto da USP. E o mais legal é que vou voltar para o departamento onde concluí o doutorado. Conheço o ambiente e serei colega de trabalho de muitos que me deram aula.

Pretendo continuar com a linha que desenvolvia no pós-doc: a intercessão entre inteligência artificial e astrofísica aplicada principalmente para calcular propriedades físicas e estruturais de galáxias.

Estou bastante empolgado. O fato de ser professor em uma universidade pública é uma maneira de retribuir todo o investimento que o Estado fez em mim desde a graduação.

FOTOS: ACERVO PESSOAL



# Jurídico orienta sobre nova resolução da carreira docente

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

Aprovada no fim do ano passado, a resolução do Conselho Universitário sobre o desenvolvimento na carreira docente consagrou três reivindicações da AdUFRJ: a redução de burocracia nos processos internos; o retorno das progressões múltiplas — que só estavam sendo realizadas desde 2023

graças a uma sentença judicial favorável ao sindicato —; e a retroação dos efeitos acadêmicos e financeiros de cada salto para um período anterior ao que estava sendo concedido pela instituição. “A partir da ação judicial da AdUFRJ, em 2023 conseguimos fazer com que as progressões múltiplas voltassem a ser aceitas. Também conseguimos que os efeitos acadêmicos e financeiros retroagissem à data do cumprimento dos requisitos”, afirma o advogado Renan Teixeira. Isso significa que os valores das novas

progressões passaram a ser reconhecidos a partir do momento que o professor preenche os requisitos de tempo (48 meses) e pontuação suficiente de suas atividades acadêmicas. “Mas, sem essa mudança efetiva e concreta na Resolução interna da universidade, ainda estávamos em uma situação precária”, completa Renan. Os professores tinham que fazer suas solicitações com base em ofícios divulgados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) sobre a decisão judicial.

Outro pleito do sindicato acatado na resolução é a dispensa de documentos comprobatórios que já são de conhecimento da universidade. “Ou seja, é aquela portaria de nomeação que se pede a cada progressão, ou título de doutorado. A resolução está dizendo que isso será dispensado. Como cada unidade vai aplicar, ainda temos que conferir”, diz Renan. Confira a seguir as orientações da assessoria jurídica sobre os principais pontos da resolução do Consuni (nº 436/2025).



## PROGRESSÕES MÚLTIPLAS

O que já estava valendo por força de sentença judicial passa a fazer parte do regramento interno da UFRJ. Os efeitos acadêmicos e financeiros das progressões retroagem ao momento que o professor preenche os requisitos de tempo (48 meses) e pontuação mínima de suas atividades acadêmicas. No caso dos efeitos

financeiros, por força de legislação federal, eles ficam limitados até cinco anos antes da “correção” da carreira do docente. O pedido deve ser feito em um novo (e único) processo, juntando os relatórios referentes a cada interstício, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Exemplo: o professor fez sua última progressão para Associado I, em 10 de outubro de 2019. Se tiver produção acadêmica suficiente para cada biênio desde então, ele poderá requerer agora a progressão para Associado IV e acertar seus efeitos acadêmicos: ou seja, se tornará Associado II desde 10/10/21; Associado III desde 10/10/23 e Associado

IV desde 10/10/25. Mas ele só poderia receber as diferenças financeiras de cada salto a partir de 13 de fevereiro de 2021 (cinco anos de hoje). Em tese, a universidade deveria pagar todas as diferenças de uma vez no próximo contracheque ao reconhecimento da banca. “O que acontece é que a universidade demora e por vezes não paga, fazendo com que o professor fique esperando, aguardando orçamento do governo para o pagamento dos chamados exercícios anteriores”, esclarece o advogado.

## ATRASO NA PROGRESSÃO

O professor também poderá “ajustar” a carreira, quando seguiu progredindo, mas em datas diferentes do prazo original de dois anos. Não precisa, como

nas múltiplas, abrir um novo processo. Vai pedir a correção no mesmo processo que essa progressão foi concedida de forma atrasada. “Uma vez corrigido este interstício, e a CPPD está corrigindo, vamos fazer o mesmo procedimento para as progressões seguintes. Ele pode lançar uma folha de informação solicitando a correção no SEI ou solicitar apoio da assessoria jurídica”, diz Renan. O advogado lembra que o requerimento das progressões/promoções pode ser apresentado em até 60 dias antes do fim da data-base, com exceção da classe de Titular que pode ser apresentada em até 90 dias antes.

## PROMOÇÃO PARA TITULAR

Nem tudo ficou como o sindicato defende. A resolução não observa o mesmo mecanismo na promoção para Titular. “Entendemos que os requisitos foram alcançados da mesma maneira que nas progressões anteriores: no exato momento que o professor cumpre os dois anos após Associado IV e quando ele junta relatório de atividades restritas a esses dois anos. O memorial não teria o

poder de estender esta data para a data de autuação do processo. Continuamos com este questionamento”, diz Renan. Neste caso, o professor poderá avaliar o seu caso junto ao Jurídico da AdUFRJ.

## RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO

Outro ponto que a assessoria jurídica questiona na resolução aprovada é a data de concessão da Retribuição por Titulação. “Essas retribuições ainda estão sendo concedidas a partir da data do protocolo. Entendemos que, quando o professor concluiu o doutorado, por exemplo, a retribuição deve ser paga a partir da data da ata da defesa da tese. A administração já está contando com um professor doutorado a partir daí”, explica Renan. O tema também pode ser objeto de ações individuais dos docentes.

## ESTÁGIO PROBATÓRIO

Todos os professores agora ingressam na carreira como Assistente - A, independentemente da titulação. É a única classe com apenas um nível, que dura 36 meses — o mesmo período do novo estágio probatório. A avaliação e a aprovação no estágio probatório é a própria ascensão por desempenho desta classe de único nível, levando o docente à promoção para Adjunto -B da nova carreira.

## CONFIRA AS PRINCIPAIS AÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA

Além das orientações sobre a nova resolução da carreira docente, a assessoria jurídica da ADUFRJ trabalha com um conjunto de temas que impactam a vida dos professores da UFRJ. Relembre algumas das principais ações em tabela disponível no site.



# NOVA REGRA GARANTE DIREITO DE NÃO DOUTORES

A nova resolução do desenvolvimento na carreira também possibilitou que 209 professores fossem promovidos à Classe B, com a denominação de Professor Adjunto. A concessão contemplou os docentes estáveis que, em 31 de dezembro de 2024, haviam sido aprovados no estágio probatório e não tivessem o título de doutor. Assessor jurídico da AdUFRJ, Renan Teixeira explica que a medida resulta da adequação do regramento interno da UFRJ à legislação federal. “A universidade cobrava o título de doutor para a classe de Adjunto e, na ausência da titulação, exigia um processo de aprovação mais trabalhoso, com defesa pública de um memorial, o que não tinha amparo legal”, afirma. “Fizemos várias ações judiciais para contemplar o direito dos docentes. A nova resolução acaba com isso”, completa.



**A universidade cobrava o título de doutor para a classe de Adjunto e, na ausência da titulação, exigia um processo de aprovação mais trabalhoso, com defesa pública de um memorial, o que não tinha amparo legal”**

RENAN TEIXEIRA  
Assessor jurídico da AdUFRJ

O grupo encontrava-se posicionado nas classes equivalentes a Auxiliar ou Assistente, no caso do Magistério Superior; e nas

Classes DI ou DII, no caso da carreira EBTB. Serão assegurados os efeitos acadêmicos e financeiros do reposicionamento a partir de 1º de janeiro de 2025. A pró-reitoria de Pessoal informou que as solicitações de pagamento de valores retroativos deverão ser formalizadas exclusivamente por meio de processo administrativo individual para a PR-4/DVPAG (Divisão de Pagamento). Quem não tiver sido contemplado pela Portaria nº 821 da PR-4 — a listagem completa dos 209 docentes foi publicada no boletim da UFRJ de 2 a 6 de fevereiro — deverão instaurar processo administrativo individual direcionado à Seção de Acompanhamento das Carreiras/PR-4 (SAC). Dúvidas poderão ser tiradas pelos e-mails: seac@pr4.ufrj.br ou cppd@reitoria.ufrj.br

# Estágio probatório mais complexo exige atenção

> Relatório de atividades agora é apenas mais um item da nova avaliação dos professores em início de carreira. Também é necessária aprovação em curso oferecido pela Escola Virtual de Governo

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

Diretores de unidades, chefes de departamentos e professores nomeados há menos de um ano devem ficar atentos às novas regras do estágio probatório. A avaliação está mais complexa, exige três ciclos (aos 12, 24 e 36 meses) e o primeiro deles está acabando para os docentes que entraram na UFRJ logo no início da vigência do atual modelo, em 7 de fevereiro de 2025 — quem ingressou antes desta data segue as normas anteriores, previstas na resolução nº 09/2018 do Conselho Universitário.

A pró-reitoria de Pessoal (PR-4) reforçou a lembrança das novas regras na semana passada e diz que os concursados são informados sobre o tema assim que entram na universidade. De acordo com a PR-4, há 401 professores da UFRJ em estágio probatório, sendo 301 sujeitos à nova avaliação — 100 ingressaram antes de 7 de fevereiro do ano passado. Mas, até o fechamento desta edição, não foi possível levantar quantos já deveriam estar concluindo o primeiro ciclo avaliativo, após um ano da admissão.

Antes, a avaliação acontecia apenas com base em um relatório de atividades produzido pelo docente, semelhante ao que se faz para as progressões e promoções, e que era submetido a uma comissão de três colegas da universidade. Bastava ao avaliado conseguir metade da pontuação para ser aprovado no estágio probatório. Agora, o relatório é apenas mais um item da avaliação, vale só metade da nota e o docente ainda precisa alcançar 80% da pontuação no conjunto geral da avaliação.

“Hoje, se ele tira 50% no relatório, que vale 50 dos 100 pontos, ele estaria reprovado. Porque não tem como alcançar os 80%. Alcançaria no máximo 75%”, explica o professor Bruno Diaz, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). A CPPD, que descreveu a atual proposta baseada na legislação federal, homologa os resultados da avaliação ao final de cada estágio probatório. “As unidades têm que reavaliar os baremas (tabelas de pontuação) delas para poder ter certeza de que os docentes serão avaliados corretamente,



mas sem colocar um sarrafo muito alto que acabe eliminando todos eles”, completa Bruno. “Imagina perder um professor por dois pontos”.

Outra dificuldade: pelas regras anteriores, havia uma flexibilidade para as unidades definirem a pontuação dentro dos grupos de atividades no relatório. Por exemplo: 40 a 60 pontos em ensino. Não foi possível repetir essa medida na planilha encaminhada pelo governo, com muito mais itens e com regras que limitaram o “peso” do relatório na nota final. Os grupos de ensino, pesquisa e produção intelectual e extensão ficaram valendo 15 pontos cada. Gestão, representação e qualificação ficaram com 5 pontos, no total de 100 pontos.

A avaliação também passou a ser tripartite (chefia imediata, pares e autoavaliação) em vez de ser da responsabilidade de uma única comissão. “Os pares formam uma comissão que, agora, só pode ter integrantes do mesmo departamento do avaliado. Antes, eram três professores estáveis, sendo um externo ao departamento”, diz Bruno.

Para passar no estágio probatório, ainda é preciso que o professor participe de um programa virtual interno de recepção, o Integra Minerva, curso de introdução ao trabalho, que aborda aspectos específicos da Universidade. Com carga horária de 40 horas. E apresentar

## CONFIRA ALGUMAS DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS



### PRAZO

**Antes:** dividida em duas partes (aos 15 e aos 30 meses após a entrada do servidor em efetivo exercício).

**Agora:** três ciclos avaliativos, aos 12, 24 e 36 meses. A nota final é a média da pontuação dos três ciclos.

### QUEM AVALIA

**Antes:** comissão formada por três professores da UFRJ, sendo um externo ao departamento ou programa do avaliado.

**Agora:** Chefia imediata, pares e autoavaliação. Os pares formam uma comissão que, agora, só pode ter integrantes

do mesmo departamento do avaliado, com pelo menos seis meses de atuação na mesma equipe. Há uma comissão acima desta para acompanhamento de todas as avaliações da unidade.

### COMO

**Antes:** A avaliação acontecia apenas sobre o relatório de atividades, da mesma forma como são feitas as progressões e promoções docentes.

**Agora:** há uma planilha de itens produzida pelo governo para ser preenchida com a pontuação máxima de 100 pontos. O relatório de atividades vale 50 pontos.

### APROVAÇÃO

**Antes:** com 50% da pontuação do relatório.

**Agora:** com 80% da pontuação geral (que inclui o relatório) e certificado no Programa de Desenvolvimento Inicial.

### PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INICIAL

Não existia antes e agora é obrigatório concluir um curso ofere-

cido pela Escola Virtual de Governo. É necessário completar 50% da carga horária do PDI ao final do primeiro ciclo avaliativo (12 meses) e concluí-lo ao final do segundo (24 meses). O não cumprimento destes prazos precisa ser justificado.

### AVALIAÇÃO DISCENTE

Deveria ser centralizada pela universidade. Na ausência, caberá a cada unidade definir o formato. No modelo antigo, essa nota deveria ser atribuída por pelo menos dois semestres letivos. Agora, existe pontuação para cada ciclo avaliativo.

### NOVA RESOLUÇÃO

Para ajustar o regramento interno à legislação federal, a pró-reitoria de Pessoal apresentará ao reitor, até março, uma minuta de resolução sobre o tema que será discutida no Consuni.

### DÚVIDAS?

A CPPD está à disposição para os esclarecimentos da comunidade, pelo email cppd@reitoria.ufrj.br

Governo. “Os docentes devem completar 50% da carga horária do PDI ao final do primeiro ciclo avaliativo (12 meses) e concluí-

-lo ao final do segundo (24 meses). O não cumprimento destes prazos precisa ser justificado”, esclarece Bruno.

certificado de conclusão do Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI), um curso obrigatório oferecido pela Escola Virtual de





# COLÔNIA DE FÉRIAS TERÁ NOVA EDIÇÃO EM JULHO

> Atividades serão realizadas entre 20 e 24 de julho, também no Clube dos Empregados da Petrobras, no Fundão. Serão disponibilizadas 40 vagas. Prioridade será para filhos de sindicalizados

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

A Colônia de Férias da AdUFRJ deixou um gostinho de quero mais nas crianças, na equipe e nas famílias. A segunda edição já está programada para a semana de 20 a 24 de julho, durante o recesso escolar. A princípio, serão disponibilizadas 40 vagas, com prioridade para filhos de professores sindicalizados. Estará à frente da programação a Equipe Coloriê.

A primeira edição, que terminou em 30 de janeiro, foi sucesso de público e de crítica. Por duas semanas, 34 crianças

e adolescentes viveram experiências pedagógicas, esportivas, artísticas e, claro, divertidas! A ideia surgiu a partir de demandas de docentes com filhos pequenos. Uma delas foi a professora Leda Castilho, da Coppe. “A gente levou essa sugestão no segundo semestre do ano passado e a diretoria em pouquíssimo tempo conseguiu organizar a programação”, conta Leda. “As crianças têm férias longas, em janeiro tem edital do CNPq vencendo, enfim, a gente precisa de suporte”. Para a docente, a realização do evento permite aos colegas de diferentes unidades estreitar laços. “Cria um espírito de união entre os professores. A minha filha conheceu a filha de um professor do IFCS. Elas já estão combinando para brincar. Vira

“A gente espera que os nossos colegas possam enxergar na AdUFRJ essa parceria cotidiana”

ANDRÉA PARENTE  
Diretora da AdUFRJ

uma grande família”.

Conselheira da Escola de Belas Artes, a professora Luiza Amaral já espera a próxima edição. Seus dois filhos participaram das atividades. “As crianças

fizeram muitas amizades e ficaram apaixonadas pela colônia. Para mim, foi muito importante, porque eu estou dando aulas neste período de férias. Então, elas puderam aproveitar ao invés de ficar em casa. Foi muito profícuo”, diz. Simony Mendonça, professora da Faculdade de Farmácia, também inscreveu seus dois filhos. “Para mim, fez toda diferença a colônia ser num espaço da universidade. Foi muito bom eles poderem passar o restinho das férias perto de mim e brincando. Eles já querem mais”, avalia. O professor Filipe Correa, do IPPUR, destacou a segurança do espaço. “Poder deixar o meu filho num local seguro e acompanhar esse dia a dia foi incrível”, afirmou o docente, que é diretor adjunto de Pós-Gradua-

ção. “Estávamos bastante sobrecarregados com ele em casa. Aqui ele se divertiu, encontrou outras crianças, fez uma série de atividades e isso foi fundamental para a nossa dinâmica familiar”, contou. Coordenador da colônia, o professor André Coutinho agradeceu a confiança das famílias. “Em julho estaremos de novo aqui para proporcionar dias de trocas, aprendizados e afeto”. Diretora da AdUFRJ, a professora Andréa Parente destacou que o sindicato precisa ser também um ponto de suporte e parceria para os professores. “Poder proporcionar essa experiência para as famílias foi muito importante. A gente espera que os nossos colegas possam enxergar na AdUFRJ essa parceria cotidiana”.

# Congresso do Andes: votação histórica elege delegados

> Ao todo, 387 professores votaram e escolheram 15 docentes para representar a UFRJ no encontro que ocorrerá em Salvador. O Andes, no entanto, vetou o credenciamento porque a votação foi remota

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

A AdUFRJ deu um exemplo de ampliação da participação de professores na escolha da delegação ao 44º Congresso do Andes, que acontece no início de em março, na cidade de Salvador (BA). No dia 4, a seção sindical realizou a maior assembleia de sua história recente para eleição de delegados, com 387 votantes. A assembleia foi remota, com votação pelo sistema eletrônico Helios. O Andes, no entanto, não considerou a representatividade dos votos e formalizou na terça-feira, 10, o veto à delegação, impedindo a participação da maior seção sindical do Andes na instância máxima de deliberação da categoria docente. O grupo identificado como de oposição à diretoria da AdUFRJ não indicou nomes. O argumento foi de que só indicariam representantes se a assembleia e o voto fossem presenciais. “O estatuto do Andes é uma legislação que devemos seguir. Como professora do Direito,

não posso me furtar a apontar a importância de seguir as normas que regem o nosso sindicato. Se há um regimento, temos que seguir uma formalidade”, defendeu a professora Luciana Boiteux, da FND. Na mesma linha argumentou a professora Cristina Miranda, aposentada do Colégio de Aplicação. “É muito importante que a AdUFRJ seja representada por uma delegação no congresso, sobretudo em um ano eleitoral tão importante”, disse. “A gente pode discordar do estatuto, mas a gente não pode desrespeitá-lo”, afirmou. Diretor do Instituto de Economia, o professor Carlos Frederico Leão Rocha argumentou que o regimento do Andes é uma norma interna, mas não está acima da lei. “Acima dele está a lei sindical, está a Constituição. O estatuto não é uma lei magna do sindicato”, afirmou. “Existe um entendimento alternativo e o estatuto não é salvo-conduto para restringir a participação de professores”. Vice-presidenta da AdUFRJ, a professora Maria Tereza Leopardi lembrou que duas seções sindicais (Adunifesp e Adufg) realizaram assembleias e vo-

“Ao decidir sobre esse formato de assembleia, nós estamos reafirmando a nossa autonomia”

MARIA TEREZA LEOPARDI  
Vice-presidenta da AdUFRJ

tações remotas para escolher, inclusive, as suas diretorias. “Foram processos ocorridos

após a mudança do estatuto do Andes e o sindicato não contestou. Se temos autonomia, podemos escolher sobre nossos procedimentos decisórios”, argumentou. “Ao decidir sobre esse formato de assembleia, nós estamos reafirmando a nossa autonomia. O coerente é que o Andes tome a mesma decisão que tomou em relação a essas seções sindicais”. Ex-diretor da AdUFRJ, o professor Antonio Solé apontou a contradição dos argumentos

apresentados pelos professores que representam a oposição e lembrou que em sua gestão o grupo organizou um abaixo-assinado on line para exigir assembleia presencial. “É meio irônico utilizar um instrumento remoto para pedir uma atividade presencial”, apontou. “O mesmo acontece com o Andes, quando diz que não pode ter eleição remota, ‘a não ser que o meu grupo vença a eleição’, como aconteceu em São Paulo e em Goiás”.

## MAIOR DOS ÚLTIMOS ANOS

A assembleia do dia 4 foi a maior da história recente da AdUFRJ específica para aprovação de delegação para congressos do Andes. Se candidataram 23 docentes. Os 15 mais votados pelos colegas compuseram a delegação da AdUFRJ (veja lista abaixo). A listagem foi enviada ao Andes no próprio dia 5. O sindicato nacional recusou o credenciamento dos professores da UFRJ na terça-feira, 10.

## VEJA OS ELEITOS

### Delegados

Andréa Parente  
Antonio Solé  
Carlos Frederico Leão Rocha  
Daniel Negreiros Conceição  
Eleonora Ziller  
Leda Castilho  
Ligia Bahia  
Luiza Ketzner  
Maria Tereza Leopardi  
Marta Castilho  
Michel Gherman  
Pedro Lagerblad  
Ricardo Medronho

### Observadoras/Suplentes

Ana Lúcia Fernandes  
Claudia Pinto Figueiredo

## EXIGÊNCIA DE ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS É DESAFIO PARA OUTRAS SEÇÕES SINDICAIS

Em todo o país, é flagrante a baixa presença de professores e professoras nas assembleias que definiram delegações para o congresso do Andes. A Adusp, por exemplo, representa professores da Universidade de São Paulo. Maior e mais conceituada do país, a USP possui cerca de dez mil docentes, entre ativos e aposentados. Já seção sindical tem 2.500 filiados distribuídos em oito campi universitários, mas sua delegação foi aprovada por apenas 0,4% dos sindicalizados. Apenas dez compareceram à assembleia. O mesmo ocorreu com outras seções sindicais ouvidas pela reportagem. Das que puderam nos disponibilizar os seus dados, nenhuma obteve um número expressivo de votos. A apuração é reveladora da representatividade da assembleia da AdUFRJ, que elegeu sua delegação com 387 votos. Um número mais de oito vezes maior que a da assembleia da Asduerj, coirmã estadual que teve 47 docentes presentes na esco-

lha de seus delegados – maior representatividade dentre as que nos informaram os dados. Essas informações foram pedidas formalmente pela diretoria da AdUFRJ à diretoria nacional, mas até o fechamento desta edição, não havia resposta à solicitação. A exigência do Andes por assembleias presenciais afeta especialmente os aposentados e os professores que atuam em campi afastados da sede. Quanto mais interiorizada a universidade, maior o desafio da participação sindical. Problema que poderia ser resolvido com modelos que permitissem a atuação remota. É o que defende a professora Karina Lima, coordenadora-geral da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (Aduneb). As assembleias presenciais se tornaram um impedimento real à participação dos 1.200 filiados distribuídos em 27 campi universitários e 31 departamentos. “Além de termos muitos aposentados, nosso estado tem uma extensão territorial imensa, que inviabiliza assembleias

## NÚMERO DE VOTOS EM DELEGAÇÕES PELO BRASIL

AdUFRJ -	387
Aduff -	10
Aduneb -	20
Adunirio -	33
Sedufsm -	33
Asduerj -	47
Adufmat -	13 (no campus principal)
Adufpel -	16
Aprofurg -	15
Adunb -	18
Adusp -	10

simultâneas em todos esses espaços”, argumenta a dirigente. “Temos campi a quase 900 quilômetros de Salvador”, exemplifica. “Para garantir a isonomia, precisaríamos ter

estrutura para constituir uma assembleia em cada um desses locais que atuassem conectadas em rede. É uma logística impossível para nós”, diz. Sem ter condições concretas de atuação, o resultado se traduz em assembleias pouco representativas. “Normalmente, nossas assembleias são muito esvaziadas, com cerca de 30 pessoas. No caso da última assembleia que definiu a delegação ao congresso, foram cerca de 20 pessoas”, conta. A possibilidade de realização de assembleias remotas ou híbridas, para ela, permitiria a ampliação da presença dos colegas. “Nós temos por hábito abrir um link para a participação virtual de filiados e filiações que não podem estar no local da assembleia, mas eles só têm direito a voz, não podem exercer o voto”, explica. “Já tivemos em várias ocasiões assembleias com 30 pessoas no local e mais de 300 acompanhando remotamente”, conta. “Há muitos questionamentos da nossa base sobre esse sistema que impede o voto das pessoas que acompanham on line, mas a

gente tenta explicar que é uma restrição do estatuto do Andes, não nossa”. A professora Karina é um exemplo vivo dessa dificuldade de deslocamento. Ela é professora de Literaturas no campus de Teixeira de Freitas, que fica no extremo Sul da Bahia. Para chegar a Salvador, ela precisa fazer uma viagem de 16 horas de ônibus. “Eu vou semanalmente à sede, mas fiz essa opção de atuar na coordenação da Aduneb. Muitas vezes faço bate e volta. É extremamente cansativo, mas, como disse, eu fiz essa opção. Mas a exigência da presencialidade é muito injusta para os nossos colegas que estão na multicampia”. Ela afirma que é importante fortalecer a discussão sobre mecanismos de participação remota dos professores. “Precisamos atuar mais fortemente nessa direção de permitir assembleias híbridas. A exigência da presencialidade física impede o exercício pleno da democracia sindical”, critica.



# NÚMEROS DAS ASSEMBLEIAS

Levantamento do Jornal da ADUFRJ sobre as assembleias que, **desde 2013**, escolheram delegação para o **Congresso do Andes** aponta maior participação dos professores em meio remoto. Na reunião dos **dias 4 e 5 de fevereiro deste ano, 387 docentes** definiram os delegados e observadores para o Congresso de Salvador (BA). Já em **11 de fevereiro de 2022, 82 assinaram** a lista de presença via chat do encontro que escolheu os representantes do sindicato no **40º Congresso**, em Porto Alegre (RS) — o primeiro após a pandemia de Covid-19.

Os números das assembleias presenciais são mais modestos. A maior delas alcançou **64 participantes em novembro de 2019**. Mas a pauta, além da escolha de representantes da ADUFRJ para o **39º Congresso de São Paulo**, no início do ano seguinte, contava com outros pontos que mobilizavam a categoria à época: a discussão sobre progressões múltiplas; a ação judicial dos **26,05%** (Plano Verão) e o indicativo de estado de greve para **março de 2020**. Na **menor assembleia**, de **4 de fevereiro de 2015, apenas 11 professores** compareceram para a escolha da delegação ao **34º Congresso do Andes**, realizado poucos dias depois, em Brasília (DF).

# EM DEFESA DA ASSEMBLEIA REMOTA

A diretoria da ADUFRJ realizou, no dia 04/02/26, uma Assembleia especificamente convocada para escolher delegados de nossa Seção Sindical para participar do 44o Congresso do ANDES-Sindicato Nacional.

Coerentes com o programa pelo qual fomos eleitos – que incluía a defesa de procedimentos decisórios que propiciassem o aumento da participação dos associados nas decisões da ADUFRJ – a assembleia ocorreu pela plataforma ZOOM e contou com a presença de mais de 60 pessoas, conseguindo mobilizar 387 associados que votaram na escolha de delegados pelo sistema Helios.

Malgrado os questionamentos apresentados – a sistemática de reuniões com participação remota e votação eletrônica estaria em desacordo com o Estatuto do ANDES – reafirmamos que o procedimento adotado é absolutamente legítimo.

A defesa de meios remotos de participação tem feito parte dos programas das diretorias eleitas para a ADUFRJ nos últimos 10 anos. Temos apoio de nossos representados, portanto. Tal defesa não ocorre à toa nem por preguiça: a UFRJ tem uma categoria geograficamente dispersa; a viabilização da participação remota comprovadamente amplia a participação dos professores nas decisões da ADUFRJ.

Esse aumento de participação propiciado pelos meios remotos está em perfeita sintonia com um dos objetivos declarados no Estatuto do próprio ANDES: art. 5oO ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precípuos:

... IV - incentivar a participação do(a)s sindicalizado(a)s nas reuniões, assembleias e demais atividades inerentes à entidade...

... O efeito prático de assem-

ASSEMBLEIAS PARA ESCOLHA DE DELEGAÇÃO DA UFRJ EM CONGRESSO DO ANDES	
PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL	
19/12/2013	17
4/2/2015	11
11/1/2016	53
12/12/2016	19
20/12/2017	23
5/12/2018	17
27/11/2019	64
09/02/2024	25
16/12/2024	45
PARTICIPAÇÃO REMOTA	
11/02/2022	82
05/02/2026	387

bleias presenciais é a exclusão de parte dos associados do processo decisório. Toda vez que foram adotadas votações eletrônicas, os quóruns foram muito mais significativos.

Não há voto mais qualificado que outro... Há quem possa (ou queira) estar presente em Assembleia; há quem não possa (ou não queira): todos têm iguais direitos de voto.

O Estatuto do ANDES foi modificado em 2025, em particular para tentar proibir o voto não presencial em decisões da entidade e de suas seções sindicais e ADs-Seções Sindicais (alterações no art. 9, §§ 2o e 3o, e art. 48, §§ 3o a 5o). Mas não há justificativas objetivas para essa proibição.

De fato, o motivo que não ousa dizer seu nome parece ser um só: a tentativa de inviabilizar estratégias (bem sucedidas) de ampliação da participação docente por parte grupos de oposição à Diretoria do ANDES...

Como legitimar uma medida que evidentemente tem como resultado a diminuição da participação? E, ainda mais, em contradição com os próprios objetivos da entidade, lembre-se.

Uma incoerência importante aparece para fortalecer essa suspeita: houve, em 2025, pelo menos duas Associações de Docentes cujas eleições foram realizadas por sistemas eletrônicos de votação - a ADUNIFESP e a ADUFG e não consta que o

ANDES tenha impugnado tais eleições...

Ao decidir por convocar uma assembleia remota com votação pelo sistema Helios, a Diretoria da ADUFRJ está reivindicando sua autonomia, garantida inclusive pelo próprio Estatuto do ANDES: “Art. 44 ... §2oA S.SIND ou a AD-S.SIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira...”

Negar reconhecimento aos resultados da escolha dos associados da ADUFRJ de delegados para o 44o Congresso do ANDES significa, na prática, negar a autonomia política e administrativa que a Diretoria eleita deve ter no encaminhamento de seus processos decisórios.

Além de contraditório princípio da autonomia das ADs, a vedação em questão também poderia ser vista como regra geral não necessariamente aplicável à escolha de delegados para Congresso/ANDES, que diz o seguinte: “Art. 17. O(a)s delegado(a)s... são eleito(a)s em Assembleia Geral convocada expressamente para tal finalidade, nos termos do seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizados...”

... Enfim, entendemos que uma norma estatutária do ANDES não tem legitimidade para impedir o aumento da participação dos professores nas decisões. Não é admissível que uma regra casuística se sobreponha aos princípios da autonomia das ADs e da busca pela maior participação.

Não há por que ignorar a vontade de maioria que se manifesta por meio eletrônico. Não restringiremos a participação de nossos associados exigindo presença física num determinado local.

DIRETORIA DA ADUFRJ

# Ofício da AdUFRJ questiona Andes sobre pagamentos

Em dezembro, diretoria da maior seção sindical do país perguntou à direção nacional qual o tamanho da participação da AdUFRJ na arrecadação mensal do Andes. Resposta chegou incompleta

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

A AdUFRJ paga pouco mais de R\$ 100 mil por mês ao Andes, sem contar os valores desembolsados compulsoriamente como rateio dos custos de cada congresso e Conad. Somadas, as quantias chegam à impressionante cifra de R\$ 1,5 milhão anual e são motivo de preocupação para a diretoria da AdUFRJ, que tem a missão de tirar do papel um sonho antigo: construir a sede da Associação dos Docentes da UFRJ.

O projeto está em fase de elaboração. O custo estimado do empreendimento – apresentado em assembleia no fim do ano passado – pode chegar a R\$ 4 milhões. A expectativa é de que a obra fique pronta até o final de 2026. De acordo com o contrato de cessão onerosa do espaço, assinado em dezembro com a reitoria da universidade, o aluguel do terreno terá um custo mensal de R\$ 8 mil. Já os valores necessários à manutenção da sede são estimados em R\$ 45 mil.

Para estudar melhor os gastos internos, compreender os impactos das contribuições da AdUFRJ ao Andes e buscar um diálogo acerca desses valores, a diretoria pediu, em ofício enviado em 16 de dezembro, informações financeiras do Sindicato Nacional.

Fizeram parte dos questionamentos ao Andes a relação de receitas e despesas dos últimos cinco anos, as contribuições de todas as seções sindicais no mesmo período, inclusive as da AdUFRJ, e as previsões

orçamentárias desde 2021. “Enviamos esse ofício no ano passado solicitando informações para balizar negociações entre a AdUFRJ e o Andes”, explica a presidenta Ligia Bahia. “Acreditamos que a transparência contribui para fundamentar bases de diálogo profícuo”.

A resposta demorou dois meses. Chegou nesta sexta-feira, 13 de fevereiro. O e-mail com 24 documentos anexados apresenta a lista de receitas e despesas do Sindicato Nacional dos últimos anos, mas não atende integralmente à demanda da AdUFRJ. Faltam aos extensos anexos a evolução de pagamentos das seções sindicais ao longo dos últimos anos. O Andes só apresentou a lista referente a 2024.

Segundo o dado de 2024, a AdUFRJ é a seção sindical que mais direciona recursos ao Andes. Somente outras três Ads em todo o país têm volume de contribuição próximo ao desempenho da AdUFRJ. São elas: Adusp (R\$ 1,12 milhão), Apufpr (R\$ 1,11 milhão), ADUFC (R\$ 953 mil). Todas, no entanto, abaixo da destinação executada pelos professores da UFRJ. Esses números dão uma dimensão da participação da AdUFRJ, mas ainda são insuficientes, na avaliação da diretoria.

A ausência de informações completas dificulta o planejamento da diretoria da AdUFRJ. “Solicitamos informações detalhadas sobre os critérios de cálculo das contribuições das seções sindicais, com discriminação por ADs. O objetivo era simples e legítimo: verificar a isonomia contributiva e afastar dúvidas historicamente existentes sobre eventuais assimetrias”, analisa o professor Daniel Ne-



greiros Conceição, 1º Tesoureiro da AdUFRJ. “Até o momento, essas informações não foram disponibilizadas de forma satisfatória. Sem transparência ativa, torna-se impossível ao tesoureiro cumprir plenamente sua função de avaliar a adequação e a proporcionalidade dos repasses realizados”, defende.

O docente reafirma o compromisso com a responsabilidade a um patrimônio que pertence a todos os professores da UFRJ. “A prudência financeira, nessas condições, não é um gesto de confronto, mas de responsabilidade institucional”, afirma o dirigente, que ainda aguarda mais detalhes da direto-

ria nacional. “Democracia não pode ser reduzida à obediência acrítica a regras quando estas se afastam de sua finalidade maior: garantir participação, pluralidade e legitimidade. Da mesma forma, solidariedade sindical não pode prescindir de transparência e confiança mútua”, conclui.

## ADUFRJ BUSCA NEGOCIAÇÃO COM O ANDES SOBRE VALORES DOS REPASSES MENSAIS

Há quatro meses a AdUFRJ busca negociar valores de seus repasses mensais ao Andes. Enquanto a negociação não acontece de fato, a cota associativa junto ao Andes foi suspensa. A dívida corresponde aos exercícios de outubro, novembro e dezembro de 2025, e janeiro de 2026. O valor total, considerando o desconto proporcional ao cálculo do 13º salário, soma R\$530.830,80.

A preocupação central é a saúde financeira da associação, já que a sede da AdUFRJ mobilizará alto volume de recursos. “Nós decidimos suspender temporariamente

os repasses para o Andes porque estamos muito empenhados com a construção da sede”, justifica a presidenta Ligia Bahia. A diretoria tenta abrir com a direção nacional uma via de diálogo. “Queremos conversar com a diretoria do Andes sobre a possibilidade de redução do montante durante a obra”.

Essa negociação ainda não começou. O ofício com solicitações iniciais sobre as finanças do sindicato nacional demorou dois meses para ser respondido. Enquanto isso, seguem os esforços para a revisão das contas internas. Tesoureiro da AdUFRJ, o professor Daniel Ne-

gestão da qual faz parte busca conduzir as decisões com base nos princípios da democracia substantiva, transparência institucional e responsabilidade fiduciária. “Consideramos esses princípios indissociáveis. É nesse marco que se insere a decisão de suspender temporariamente os repasses financeiros ao Andes”, explica. “Essa decisão não é trivial, nem tomada com levianidade, tampouco motivada por razões meramente contábeis”, pondera o dirigente.

Ele afirma que a diretoria e, a tesouraria, em especial, zela pela saúde financeira da AdUFRJ. “A construção da nova sede da seção sindical representa um

esforço financeiro extraordinário, planejado e amplamente debatido. Trata-se, no entanto, de um investimento estrutural, cujos benefícios extrapolam a AdUFRJ, fortalecendo a infraestrutura e a capacidade organizativa do movimento docente como um todo”, analisa. “Nesse contexto, é legítimo — e responsável — discutir a redistribuição temporária dos esforços financeiros entre instâncias do movimento sindical”, defende. Daniel reforça, no entanto, que a pausa nos repasses tem caráter provisório. “Não configura ruptura, nem negação da importância histórica e política do Andes. Trata-se de uma medida provisória, condicionada

à recomposição de um ambiente mínimo de confiança, transparência e diálogo”.

A diretoria da AdUFRJ permanece aberta à negociação sobre critérios de cálculo das contribuições; reconhecimento do caráter estratégico dos investimentos realizados pela seção sindical; e formas de redistribuição temporária dos encargos financeiros durante o período de obras. “Assumimos esse caminho com serenidade, firmeza e disposição para o diálogo — certos de que fortalecer a democracia interna é condição indispensável para fortalecer o movimento docente nacional”.



# A ADUFRJ E O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO



**LIGIA BAHIA**  
Presidenta da AdUFRJ

Quem é professor da UFRJ, seja quem ingressou mais recentemente, ou com carreira mais consolidada, sabe, ouviu falar ou presenciou divergências durante eleições e no dia a dia da AdUFRJ. É fato. Há docentes que disputaram em 2025 a diretoria com distintas orientações teóricas, ideológicas e pragmáticas sobre o que é uma associação docente, quais são suas prioridades, que compromissos deve assumir.

A atual diretoria, integrada por colegas que compartilham acepções sobre a garantia da participação nas decisões da entidade, as traduziram mediante a realização de duas assembleias remotas, ambas com presença expressiva dos associados da AdUFRJ. Evidenciamos, tal como em experiências de diretorias anteriores, que, quando viável, os docentes comparecem.

Defensores do voto mal denominado presencial (porque seja como for vai existir presença) contestaram os resultados da assembleia que definiu a delegação da UFRJ para o Congresso do Andes (sindicato nacional). Corremos o risco de manter um debate raso, se ficarmos na oposição entre aparições mais ou menos corporificadas. Não é disso que se trata.

Na realidade discordamos em relação a: o que é e para quem é a AdUFRJ.

Para nós, a associação se situa em um espaço dialógico e na contemporaneidade. Pretendemos levar adiante um projeto de universidade pública inclusiva e de excelência, valorizar nossa carreira, tornar nosso trabalho menos árduo e calibrar nossa atuação aos tempos de crise climática, tensões geopolíticas e ameaças da extrema direita.

Temos intenção de dedicar parte



O não reconhecimento pelo Andes da assembleia da AdUFRJ, é um desacerto grave. Não tratamos professores universitários que se alinham em torno de valores democráticos como inimigos e esperamos reciprocidade”

da agenda da entidade, em 2026, ao debate para influenciar programas de governo. Teremos um ano desafiante, que exigirá respostas acertadas ao negacionismo científico.

Compreendemos que a AdUFRJ é uma associação de professores universitários críticos em relação ao mundo, ao conhecimento que produzem e difundem. Autonomia acadêmica e o compromisso inarredável com a pluralidade do pensamento, do conhecimento e saberes são essenciais para manter, ampliar e articular instituições de ensino e pesquisa com as agendas de desenvolvimento social sustentável e igualdade social.

Nesse sentido, o da irrevogável natureza contraditória das universidades, que por sua vez são inerentes aos avanços da busca por melhores experiências e evidências, a representação de seus professores perde potência, quando, equivocadamente, se confunde com doutrinas de tendências sectárias.

O não reconhecimento pelo Andes da assembleia da AdUFRJ é um desacerto grave. Não tratamos professores universitários que se alinham em torno de valores democráticos como inimigos e esperamos reciprocidade. É hora de unidade em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.